

22 FEV 1995

# Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



## Modernização conservadora

— A modernização do Congresso está nas mãos do Luís Eduardo Magalhães e do José Sarney. Dá para acreditar? — pergunta um jovem repórter, ainda cheio do ardor cívico de quem vai a comícios com a bandeira vermelha em punho.

— Dá — digo eu — lembrando tantas revoluções conservadoras que vivemos, aqui e em outros lugares. Não só dá, como dificilmente aconteceria se fosse por outros caminhos.

Afonso Arinos, que conhecia como poucos a nossa História, disse-me:

— No Brasil, há certas mudanças que, para serem feitas sem sangue, têm de ser feitas por membros da elite. A abolição foi feita por Joaquim Nabuco, neto de Senador e filho de primeiro-ministro, e pelo conselheiro Antônio Prado, que era o homem mais rico de São Paulo. Foi assinada pela princesa Isabel. Se tivesse vindo pela rebelião do povo, sob o comando do José do Patrocínio, teria custado centenas de milhares de vidas, como nos Estados Unidos. A República foi feita pelo Prudente de Moraes, o Campos Sales e o Quintinho Bocayúva. Só o Quintinho não chegou a presidente da República, porque não era, propriamente, um membro da elite. Era um intelectual. Os militares limitaram-se a cancelá-la porque era do interesse deles. E a reforma agrária só virá quando os plutocratas paulistas deixarem de defender os fazendeiros atrasados.

Liberais e conservadores nunca foram, no Brasil, antíteses violentas como na Colômbia ou na Venezuela. Enquanto as guerras que travaram no Norte da América do Sul só terminaram em 1958, com o acordo de partilha do poder na Colômbia, depois de dez anos de guerra e 200 mil mortos, a última revolução liberal que tivemos foi a de Minas, em 1842. Acabou com o Duque de Caxias, chefe conservador, propondo anistia para os vencidos.

As nossas elites políticas viveram sempre do contrabando de idéias, como dizia Silvio Romero. No fundo, sempre foram uma coisa e outra, liberais em relação à abertura da economia ao exterior, conservadores em relação às estruturas que pudessem permitir o ascenso social das massas. E sempre tiveram uma extraordinária vocação para conservar os seus privilégios, cedendo apenas o mí-

nimo exigido pela evolução dos tempos.

O mínimo está sendo exigido agora, e as elites políticas percebem isso. Luís Eduardo Magalhães sabe que não poderá governar a Bahia, quando a sua vez chegar, da mesma maneira como o seu pai governou. Roseana, governadora, já está mostrando ser diferente, no Maranhão, do que foi José Sarney, quando governador e presidente da República. É mais moderna, ainda que se apoie em estruturas de poder semelhantes. A oposição que a esquerda lhe faz, depois de apostar em Eptácio Cafeteira, a retaguarda do atraso, tem uma motivação mais nacional que local.

O caso mais bem-sucedido de modernização conservadora recente foi o do Ceará. Um grupo de empresários modernos rebelou-se contra a paralisia econômica provocada pela coronelização da máquina estatal. Foi à luta, varreu os coronéis do mapa político, colocou o Governo para funcionar impessoalmente, em benefício de todos mas, especialmente, em benefício de quem já estava preparado para aproveitar um novo ciclo de desenvolvimento. Ou seja: eles mesmos.

A pauta da modernização começa agora pelo funcionamento do Congresso. Virão, em seguida, as reformas da economia, destinadas a abrirem novos campos de atividade para uma burguesia industrial e financeira, já empresarialmente madura e ansiosa por ampliar o seu poder. Essa burguesia é nacional e, se deixarem, imperialista. Depois virão as reformas da Previdência e do Estado.

Será melhor para o povo? É provável que sim, como foi no Ceará.

NOTA — O ministro Pedro Malan esclarece que o desencontro, que mencionei domingo, entre os números do Banco Central e do Ministério da Indústria a respeito dos resultados da balança comercial, deve-se a que o Banco Central leva normalmente em conta o resultado do fechamento de contratos de câmbio, e o Ministério da Indústria o câmbio físico, de exportações e importações efetivamente realizadas. No primeiro conceito, houve em janeiro um superávit de 486 milhões; no segundo, um déficit de 290 milhões de dólares.